



TRAGÉDIA NO SUL

R\$ 51 bi em créditos e benefícios para o RS

Dinheiro será voltado para as famílias, empresas e pequenos produtores que vêm sofrendo com a devastação causada pelas enchentes. Governo federal ainda deverá anunciar, nos próximos dias, a repactuação da dívida do estado com a União

» HENRIQUE LESSA
» FERNANDA STRICKLAND
» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

Lauro Alves/Secom/GRS



Em uma estimativa inicial, o governador Eduardo Leite acredita que serão necessários R\$ 19 bilhões para a recuperação do Rio Grande do Sul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, o primeiro plano de ajuda ao Rio Grande do Sul. São aproximadamente R\$ 51 bilhões em antecipação de benefícios e em acesso a crédito com taxas subsidiadas para as famílias, empresas e pequenos produtores afetados pelas enchentes.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, salientou que o aporte direto da União será de R\$ 7,6 bilhões. “A medida provisória que enviamos para o Congresso é para beneficiar os trabalhadores assalariados, os empreendedores e os produtores rurais”, explicou o ministro.

No pacote anunciado pelo governo, está a alocação de R\$ 4,5 bilhões no Fundo Garantidor de Crédito (FGC) com a expectativa de alavancar até R\$ 30 bilhões em empréstimos para o povo gaúcho. Outra medida será o aporte de R\$ 1 bilhão na subvenção dos juros para empréstimos das micro e pequenas empresas.

Haddad ainda anunciou um auxílio a fundo perdido (ou seja, que não deverá ser ressarcido aos cofres da União) de R\$ 200 milhões para que prefeituras e o governo gaúcho possam elaborar os projetos de infraestrutura necessários para a recuperação da logística no estado. “Você não vai, necessariamente, construir uma ponte no mesmo local. Algumas vezes vai precisar mudá-la de lugar e, para isso, vai ser necessário fazer projeto. Esse aporte inicial de R\$ 200 milhões dá conta do custo inicial que o estado e os municípios terão”, explicou Haddad.

Mas a medida mais esperada pelo governador Eduardo Leite — a moratória no pagamento das parcelas da dívida do estado com a União — deve ser anunciada em 13 de maio. Estimativas preliminares apontam que a reconstrução do Rio Grande do Sul custará em torno de R\$ 19 bilhões.

“Os cálculos iniciais das nossas equipes técnicas indicam que serão necessários, pelo menos, R\$ 19 bilhões. São necessários recursos para diversas áreas. O efeito das enchentes e a extensão da tragédia são devastadores”, publicou

Leite, em uma rede social.

Esse montante contempla quatro setores: resposta à crise (R\$ 218,6 milhões), assistência à população e à economia (R\$ 2,4 bilhões), restabelecimento dos serviços (R\$ 7,2 bilhões) e reconstrução do estado (R\$ 8,9 bilhões).

Nesse cálculo preliminar, estão incluídos gastos com limpeza, remoção de escombros, demolição de estruturas comprometidas, desobstrução de vias, construção de acessos alternativos, restabelecimento de serviços essenciais (água, energia

e comunicação), reurbanização, medidas de recuperação de ecossistemas degradados e apoio às empresas e à agricultura. Segundo o governo gaúcho, esse cálculo não inclui danos materiais a empresas e residências.

No Congresso, os parlamentares aprovaram, ontem, dois projetos de lei que facilitam a destinação de emendas de deputados e senadores ao Rio Grande do Sul e ajudam o governo federal a liberar recursos sem burocracia para o estado. Um dos PLs, o 12/24, altera o Orçamento

da União deste ano e autoriza a abertura de créditos suplementares. Permite, ainda, que os congressistas façam remanejamentos parciais das emendas que apresentaram.

Já o PLN 04/24 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano para priorizar o pagamento de emendas da bancada gaúcha no Congresso. Possibilita que o governo federal libere prioritariamente esses recursos para cidades em situação de calamidade pública ou em emergência de saúde pública.

Injeção de recursos

População

- » Antecipação do cronograma de pagamento de abono salarial 2024 (R\$ 758 milhões);
- » Liberação de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego (R\$ 495 milhões);
- » Prioridade na restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física.
- » Antecipação do pagamento de maio do Bolsa Família e do Auxílio-Gás (R\$ 380 milhões).

Estado e municípios

- » Fundo perdido para projetos de reconstrução (R\$ 200 milhões);
- » Operações de crédito para municípios e estado (R\$ 1,8 bilhão)

Empresa

- » Concessão de crédito pelo Fundo de Garantia de Operações/FGO e Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte/Pronampe (R\$ 4,5 bilhões);
- » Subvenção de juros no Pronampe (R\$ 1 bilhão);
- » Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (R\$ 500 milhões);
- » Prorrogação de tributos vencendo em abril, maio e junho (R\$ 4,8 bilhões);
- » Dispensa por seis meses de Certidão Negativa de Débitos para crédito.

Produtor rural

- » Subvenção de juros ao Pronaf e Pronamp (R\$ 1 bilhão).

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Caso Marielle nas mãos de Moraes pode ter efeito dominó

Os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão e o delegado Rivaldo Barbosa foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), ontem, como mandantes dos assassinatos da ex-vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, em 2018, no Centro do Rio de Janeiro. A denúncia foi encaminhada ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e pode ter um efeito dominó para o crime organizado no Rio de Janeiro.

Tanto que, também ontem, foram presos Robson Calixto da Fonseca, o “Peixe”, ex-assessor de Domingos Brazão, e o policial militar Ronald Paulo Alves Pereira, o Major Ronald. O militar é apontado como ex-chefe da milícia da Muzema, na Zona Oeste do Rio. É o fio da meada para desvendar as ligações de políticos cariocas

com milicianos e policiais corruptos, principalmente se Rivaldo fizer delação premiada.

Para a PGR, a delação do ex-PM Ronnie Lessa, apontado como o autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson, revelou a participação dos irmãos Brazão, que encomendaram o crime, mediante pagamento. Segundo a denúncia, os assassinatos ocorreram por questões fundiárias de áreas dominadas pela milícia.

Além do depoimento de Lessa, dezenas de testemunhas e triangulação de sinais de celular, entre outros elementos, comprovam o envolvimento dos irmãos Brazão e do delegado Rivaldo, que era chefe da Delegacia de Homicídios e chegou a chefe de polícia. Calixto tinha como função arrecadar valores da Taquara, na Zona Oeste do Rio, enquanto

Ronald foi apontado como “empregado de construções irregulares” em Rio das Pedras.

Calixto havia sido citado no relatório da PF que resultou nas prisões dos irmãos Brazão e de Rivaldo, como intermediário na encomenda da morte de Marielle e Anderson. Em 2018, ele foi citado em notícias encaminhadas ao Disque-Denúncia como um “miliciano” e apontado como responsável por arrecadar os lucros do grupo paramilitar na área da Taquara.

Assessor de Domingos na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Calixto continuou a servi-lo mesmo depois de o ex-deputado estadual se tornar conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ). Já Ronald é identificado como responsável por monitorar a presença

de Marielle na Casa das Pretas, em 14 de março de 2018, dia do assassinato no bairro do Estácio, perto do Centro do Rio.

Segundo a PGR, Ronald ligou para Edmilson da Silva de Oliveira, o “Macalé”, apontado como intermediário do crime e morto em 2021. Calixto foi denunciado por organização criminosa e Ronald por participação no assassinato de Marielle.

Escritório do crime

Domingos e Chiquinho foram presos em março, em operação da Polícia Federal no Rio, após mandados de prisão preventiva expedidos pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Batizada de Murder Inc. pela PF, a incursão teve atuação conjunta com a PGR e do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ). Murder Inc. (“Corporação do assassinato” em tradução livre) foi uma “empresa” do crime organizado, que agiu como o braço armado de execuções para as máfias americanas.

A organização surgiu em Manhattan e no Brooklyn, chefiada por Louis “Lepke” Buchalter e, depois, Albert Anastasia. Responsável por centenas de mortes, muitas a mando do National Crime Syndicate de Lucky Luciano. Sua forma de atuação era muito semelhante à do Escritório do Crime, organização de milicianos do Rio especializada em execuções.

Na época, a prisão provocou forte reação dos aliados de Chiquinho na Câmara dos Deputados, mas o plenário não levou mais do que 30 minutos para votar a manutenção da prisão do deputado. Foram 277 votos a favor e 129 contra, com 28 abstenções — eram necessários 257 votos, a maioria absoluta, para manter a prisão.

O parlamentar está detido preventivamente na penitenciária de segurança máxima de Campo Grande (MS), por determinação da Primeira Turma do STF, que endossou liminar de Alexandre de Moraes. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, antes da votação em plenário, levou

cinco horas para aprovar a manutenção da prisão, por 39 x 25.

Apesar de expulso pelo União Brasil, o PL ainda tentou politizar a prisão de Chiquinho, com questionamentos à atuação de Moraes no âmbito do inquérito das fakes news e se aproveitar das fricções entre o STF e o Congresso em razão de decisões monocráticas dos ministros da Corte. Mas essa narrativa acabou esvaziada pelo fato de a Câmara ter exercido plenamente sua prerrogativa de manter a prisão.

Os irmãos Brazão têm um reducto eleitoral e político em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio, região dominada por grupos paramilitares. Rivaldo é denunciado por obstruir a investigação. O delegado assumiu a chefia da Polícia Civil um dia antes do atentado e conquistou a confiança dos parentes de Marielle.

Chiquinho foi colega da vereadora na Câmara Municipal do Rio, onde atuou como vereador por 12 anos. Em 2018, ele foi eleito para a Câmara dos Deputados pelo Avante e, em 2022, reeleito pelo União Brasil.